

Márcio Bilharinho Naves (org.)

PRESENÇA DE ALTHUSSER



UNICAMP

Série IDÉIAS 9

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Estadual de Campinas

2010

Coleção IDÉIAS 9

Presença de Althusser

Márcio Bilharinho Naves (org.)

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas

Diretora: Profa. Dra. Nádia Farage

Diretor Associado: Prof. Dr. Sidney Chalhoub

ISBN 97885865722926

Comissão de Publicações:

Coordenação Geral

Prof. Dr. Sidney Chalhoub;

Coordenação da Coleção Idéias:

Profa. Dra. Neri de Barros Almeida;

Coordenação das Coleções Seriadadas:

Prof. Dr. José Carlos Pinto de Oliveira;

Coordenação da Coleção Trajetória:

Prof. Dr. Álvaro Bianchi;

Coordenação das Coleções Avulsas:

Profa. Dra. Guita Grin Debert.

Representantes dos Departamentos:

Profa. Dra. Neri de Barros Almeida – DH,

Prof. Dr. José Carlos Pinto de Oliveira – DF,

Prof. Dr. Álvaro Bianchi – DCP,

Profa. Dra. Guita Grin Debert – DA.

Representantes dos funcionários do

Setor de Publicações e Gráfica:

Maria Cimélia Garcia e Sebastião Rovaris.

Representantes discentes:

Renato César Ferreira Fernandes (graduação)

Editoração e finalização capa: Setor de Publicações

Projeto da capa: Vlademir José de Camargo

Capa: David Alfaro Siqueiros, Depois da grande tormenta, 1966.

Impressão: Gráfica do IFCH – Unicamp

Ficha Catalográfica Elaborada pela

Biblioteca do IFCH – Unicamp

Bibliotecária: Cecília Maria Jorge Nicolau CRB nº 3387

P926 Presença de Althusser / Márcio Bilharinho Naves (org.).
-- Campinas, SP : UNICAMP/IFCH, 2010.

172p. – (Série Idéias; 9)

1. Althusser, Louis, 1918-1990. 2. Marx, Karl, 1818-1883.
3. Marxismo. I. Naves, Márcio Bilharinho, 1952 –
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. II. Título. III. Série.

CDD 335.4

ISBN 97885865722926

Índices para catálogo sistemático: Marxismo 335.4

Aos meus alunos do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Unicamp. Para Elisabeth dos Santos Oliveira –
Beti – e Fernando Lourenço

Criticando implacavelmente também todas as infiltrações da ideologia burguesa na teoria marxista-leninista.⁴⁵ E, sem dúvida, isto está na ordem do dia. O itinerário de Althusser é um exemplo disso.

Uma palavra ainda sobre o que me parece essencial nesse itinerário (e característico dele): o *método* de trabalho, um método, isto é, uma forma (maneira). Recordemos Hegel, o qual havia compreendido perfeitamente em que o método é a própria teoria se desenvolvendo: a forma é o conteúdo dobrado. O método é o procedimento teórico em sua prática. Ele tem efeitos na teoria, na produção teórica, como movimento de *Crítica/Autocrítica/Retificação*. Não esqueçamos disso, esse procedimento é, ao mesmo tempo, *político*, e é porque ele é político, que ele produz o *seu* método. É porque ele é político que se trata sempre de “retornar ao” seu próprio itinerário para avaliá-lo, retificá-lo, de um ponto de vista de classe, a partir de posições políticas proletárias. Trabalhar a si mesmo trabalhando Marx-Engels-Lenin se trabalhando é precisamente querer desenvolver a teoria marxista-leninista sobre suas *próprias bases*. Esse é todo o sentido do trabalho de Althusser, é esse o sentido que deve ter toda produção teórica marxista.

O que falta acrescentar é que o “retorno a” (Marx-Engels-Lenin) não é um simples retorno, um retorno linear. É um retorno, lembremo-lo, que requer “recuo e desvio”, que se faz ao mesmo tempo nessa *confrontação/integração/rejeição* perpétua com outras teorias, outras práticas, para traçar suas próprias linhas de demarcação, se compreender em sua “diferença”, ou melhor, em sua “divisão”, portanto, para desenvolver a teoria, abrir novas vias, formular novas questões. Althusser dá o exemplo disso quando fala de seu próprio desvio por Spinoza. Como Spinoza lhe permitiu compreender a “ruptura” entre Hegel e Marx, onde ela se situava. Erro? Não. Confrontação necessária e produtiva. Ela comporta seus riscos de erro. Mas nada se dá de um golpe só, e à luz do dia. Althusser, explicando isso (mais tarde), fez avançar a teoria.

⁴⁵ Uma das vias fecundas de pesquisa na luta ideológica é aberta precisamente em razão de a ideologia jurídica passar a ser levada em conta, permitindo ver como a ideologia burguesa penetra a teoria marxista pela ideologia jurídica e desvia assim o movimento operário. O problema do “legalismo” contra o qual Marx-Engels e Lenin nunca deixaram de combater e que produziram todas as formas de oportunismo: o Programa de Gotha, Bernstein, Kautsky, Lassalle...

A TEORIA DA IDEOLOGIA DE ALTHUSSER*

Francisco Sampedro**

O ponto nuclear, ou se preferirmos, a preocupação máxima do pensamento de Althusser, a sua motivação, finalidade e o que, de um modo não desprovido de grande importância, constituirá a base filosófica da sua obra, é, sem dúvida alguma, a construção de uma teoria da ideologia. Por isso, nos extendemos sobre esse ponto muito mais amplamente do que o fizemos em relação aos anteriores. A principal justificativa é clara: nessa teoria da ideologia estabelecida por Althusser, encontra-se mergulhada toda a problemática tratada anteriormente: desde a sua concepção da filosofia até a crítica ao humanismo, passando, de um modo crucial, pela noção de ruptura epistemológica.

Com a obra de Louis Althusser inicia-se um novo caminho para a teoria da ideologia. Ele será marcado por dois elementos, constituídos, em primeiro lugar, pela nova leitura que Althusser sugere a respeito da obra de Marx, convidando à elaboração da filosofia que, ausente explicitamente, está latente nela, e, em segundo lugar, pela integração da descoberta freudiana do inconsciente, o qual nos servirá para mostrar a importância

* Teoria da ideologia, in *Louis Althusser*, A Coruña, Baía, 2004. Tradução de Márcio Bilharinho Neves. Agradeço a Francisco Sampedro e às Edicións Baía a autorização para esta publicação (MBN).

** Professor de filosofia e autor, entre outros livros, de *Ideologia e distorsión. Ensaio sobre o imaginário ideológico*, Viga, Gerais, 1977.

que a psicanálise teve na investigação althusseriana sobre a *ideologia*, investigação que parece estar dividida em duas partes. Por um lado, a ideologia é tratada por Althusser em relação com a ciência. O campo próprio para esse tratamento é, pois, o da epistemologia. Por outro, a ideologia é contemplada desde a sua vertente prática, apreendendo a sua ligação social e a sua estrutura de domínio de classe, isto é, enquanto papel de sujeição que ela cumpre e enquanto papel apriorístico do “vivido”, como imaginário necessário para a conformação e a percepção social da realidade. Nesse segundo caso, o campo de abordagem é político, no sentido lato do termo. Nada melhor do que um texto de *Pour Marx* para observar a pertinência desses dois tratamentos:

O que é tratado na oposição ciência-ideologia, diz respeito à relação de ruptura entre a ciência e a ideologia teórica, na qual era “pensado”, antes da fundação da ciência, o objeto do qual ela proporciona o conhecimento. Essa “ruptura” deixa intacto o domínio objetivo, social, ocupado pelas ideologias (religião, moral, ideologias jurídicas, políticas, etc...). Nesse domínio das ideologias não-teóricas, há muitas “rupturas”, mas elas são políticas [...] e não epistemológicas.¹

De modo que é nosso dever, a partir de agora, desenvolver esse ponto descrevendo, em primeiro lugar, as linhas mestras que configuram a ideologia desde o ponto de vista epistemológico, para, em seguida, analisarmos a concepção althusseriana da ideologia em sentido prático.

1. O tratamento epistemológico: a relação ciência-ideologia

Do ponto de vista epistemológico – o qual vai dominar boa parte de *Pour Marx*, e constituir o núcleo de *Lire Le capital* –, Althusser caracteriza

¹ Louis Althusser, *La revolución teórica de Marx*, México, DF, Siglo XXI, 1971, p. x-xii.

a ideologia como prehistória da ciência. A ideologia, no plano teórico – não nos esqueçamos – cobre o espaço vazio que a ciência preencherá, pensando o seu objeto, ainda que em termos imaginários, sem produzir o efeito de conhecimento, trabalho de que se encarregará a ciência. Assim, a ideologia deve ser pensada: “[...] como a pré-história real cujo confronto real com outras práticas técnicas, e outras aquisições ideológicas ou científicas, pôde produzir, numa conjuntura teórica específica, o advento de uma ciência não como seu fim, mas como sua surpresa”.²

A nosso ver, há duas proposições althusserianas que devem reter a nossa atenção com o fim de apreciarmos melhor a relação conflituosa entre ciência e ideologia (teórica). Trata-se das seguintes: a) a ciência é a ciência da ideologia, e b) a ideologia é companheira “surda” da ciência. Podemos descobrir ambas na exposição 12 do Prefácio de *Lire Le capital*:

Ao ensejo do estudo desse problema, fôssemos convidados a pensar de modo inteiramente novo a relação da ciência com a ideologia de que ela nasce, e que continua de certo modo a acompanhá-la surdamente em sua história; que essa pesquisa nos pusesse diante dessa verificação de que toda ciência só pode se pensar como “ciência da ideologia”, em relação com a ideologia, de que ela sai; mas isso se não estivéssemos advertidos da natureza do *objeto* do conhecimento, que só pode existir na forma da ideologia quando se constitui a ciência que vai produzir o seu conhecimento, no modo específico que o define.³

De acordo com isso, se toda ciência nasce e se desenvolve excluindo a ideologia, também é certo que as noções próprias da ideologia se descrevem como indicadores da ciência, no sentido de que a ciência produz o conhecimento de um objeto cuja existência está indicada na região da ideologia. Isso implica que a ideologia seja sempre ideologia para uma ciência. Em outras palavras, os únicos discursos conhecidos como ideológicos são no olhar retrospectivo de uma ciência.

² Louis Althusser, *Ler O capital*, v. I, Rio de Janeiro, Zahar, 1979, p. 47, tradução de Nathanael Caixeiro, com modificações feitas por mim, MBN.

³ Id., *ibid.*, p. 47-48.

Por outro lado, Althusser faz referência – no texto citado – à companhia surda da ideologia junto à ciência. Como podemos compreender isso? Antes de mais nada, e reiterando ainda uma vez, que nos encontramos no interior de um espaço epistemológico, tendo presente que a ciência se articula em parceria, embora contraditória e processual, com a ideologia. De modo que a contradição entre ciência e ideologia (no estrito sentido teórico) resultaria insuperável porque na prática não há conhecimentos “puros”, já que imediatamente qualquer conhecimento científico carrega uma ideologia ao mesmo tempo em que a desestabiliza. Nesse ponto preciso, convém abordar três aspectos referentes à questão da ruptura epistemológica. A primeira diz respeito à relação ciência-ideologia no próprio domínio da “ruptura epistemológica” e nos obriga a pensar que a ciência não progride em direção a novos domínios a não ser a partir da sua própria relação interna com o ideológico mesmo. Mais claramente: o obstáculo da ciência e o seu objeto não formam mais que uma unidade. Obviamente, qual seria o objeto da ciência senão um obstáculo a superar? O segundo se refere ao que podemos denominar de *resistência* da ideologia. A ideologia resiste à ciência com um tipo de tenacidade do não-demonstrável que não se pode eliminar de todo no interior da fenda aberta pelo corte epistemológico. Sendo a ciência um processo de transformação, a ideologia seria o “resto” inconsciente que pretende arraigar-se em um processo de repetição, análogo à *Wiederholungszwang* freudiana: à “compulsão de repetição” como fator irreduzível e caráter conservador de uma estrutura, por mais que as provas da realidade a demintam continuamente. E, finalmente, o terceiro, que consistiria na “ideologização” da ciência; sem mais nem menos que a postulação da ciência como alternativa absoluta da ideologia, que deriva do interesse fundamentalmente ideológico da tecnocracia. Que a ideologia seja a companhia surda da ciência – como Althusser nos ensina –, tem aqui o sentido de que o pensamento tecnocrático se constitui na ideologia do presente. Disto deriva que a ideia, por outro lado, muito difundida – ainda que, hoje mesmo, o fenômeno do retorno dos integristas religiosos nos faria relativizar ou matizar essa posição –, de um cessar definitivo da ideologia (do fim das ideologias) é altamente suspeita de pretender a despolitização protetora do fundamento de legitimação –

isto é, basicamente ideológico –, do tardocapitalismo. Após o padre, o artista ou o professor, agora pode ser o “cientista” quem encarna a ideologia dominante: entrincheirado na suposta neutralidade do seu trabalho, na assepsia do seu saber, corre o risco de avalizar o objetivo da classe dominante de dissimular a pura exploração em nome de pretensas necessidades técnicas e “racionais”.

Sem abandonar o caminho epistemológico em que estamos, é preciso, finalmente, fazer uma referência obrigatória ao papel da ideologia no seio de qualquer problemática que seja. Althusser nos diz, a esse respeito, que a ideologia leva à repetição de um marco condicional falso na apresentação das questões e dos problemas:

No modo de produção teórico da ideologia [...] a formulação de um *problema* nada mais é que a expressão teórica das condições que permitem uma *solução* já produzida fora do processo de conhecimento, porque imposta por instâncias e exigências extrateóricas (por “interesses” religiosos, morais, políticos e outros), de se *reconhecer* num problema artificial, fabricado para lhe servir ao mesmo tempo de espelho teórico e de justificação prática.⁴

Assim, pois, é na pergunta mesma – no modo singular de refletir sobre um objeto – onde se deve procurar a mistificação ideológica, não no próprio objeto. Nisso Althusser assume explicitamente a proposição de Marx procedente de *A ideologia alemã*: não só na resposta é onde se há que buscar o engano, mas também na própria pergunta. A solução dos problemas acha-se – na ideologia – preparada de antemão, e o problema é apresentado com o fim de lhe dar precisamente essa solução ideológica. Na ideologia, todas as questões são reguladas previamente, de modo que se tornam questões simuladas, consistindo tão somente em um reflexo especular das respostas que, assim, preexistem às questões.

⁴ Id., *ibid.*, p. 55.

Tudo isso implica que o desprendimento teórico do campo ideológico acontecido com o nascimento de uma ciência (e Althusser apresenta como modelo a categoria freudiana de *inconsciente*, objeto radicalmente novo em relação aos precedentes no seio da ideologia psicológica) conduza inevitavelmente a uma mutação revolucionária da problemática teórica, assim como a uma modificação igualmente radical do *objeto* da teoria. Portanto, na ideologia apresenta-se um problema pré-julgado, com a finalidade de dar a pensar o que se quer que se pense. O que interessa, no modo de proceder ideológico, é que a conclusão se torne “evidente”: a posição ideológica não aparece nunca como alternativa, mas como necessidade, como imposição de “evidências” co-naturais uma função de “reconhecimento”, nunca de conhecimento. Assim, numa sociedade, as relações sociais visíveis não podem constituir uma estrutura de conhecimento, só de reconhecimento. É o que podemos observar a respeito do desenvolvimento do trabalho teórico de Marx. Os conceitos correntes da economia (salário, preço, valor, etc...), tal com aparecem em *O capital*, aparecem como representações que apanham as relações visíveis, e a relação visível, que é “representação”, dissimula a estrutura real. Entre a estrutura (invisível, e só apreendida pela ciência) e a representação (visível, “evidente” e “natural” do ponto de vista ideológico) há uma relação contraditória. Dessa contradição e, conseqüentemente, da superação do modo de proceder ideológico, só a prática científica pode dar conta.⁵ O conhecimento, em suma, do mecanismo das estruturas econômica e política não pode ser senão o resultado do nascimento de uma ciência. Tal foi o caso do materialismo histórico inaugurado por Marx.

⁵ Esse posicionamento althusseriano foi objeto de fortes críticas. Abundam as acusações de “teoricismo” (del Sasso, Badaloni ...), de “formalismo” (Badiou), de “racionalismo”, ou mesmo de “neopositivismo” (Gruppi). Dentre todas elas, salientaremos a de Jacques Rancière, discípulo e colaborador de Althusser, já que se deu em um momento decisivo do marxismo francês e europeu, implicando não poucos efeitos políticos. Rancière (assim como Badiou), ainda que reconhecendo que a obra de Althusser rompe com o *impasse* teórico do marxismo, acusa-o de permanecer ainda na rede do revisionismo caracterizado pelo PCF. Para

2. A existência prática da ideologia

Depois de tratarmos do aspecto epistemológico, vamos analisar a dimensão prática da ideologia. Existem, ao nosso ver, três teses fundamentais, ademais de correlativas, a este respeito na obra de Althusser: 1^a) a ideologia obedece a uma dinâmica inconsciente; 2^a) a ideologia possui uma função *matricial* de coesão social, e responde à *necessidade* de representação da totalidade existencial por parte do sujeito. Esta função “matricial” é inevitável – ainda que a sua determinação nas sociedades de classe possa ser transformada e superada –, daí a proposição althusseriana que descreve o ser humano como “animal ideológico”; 3^a) a ideologia possui uma materialidade, não consiste só numa pura quimera. Ela é uma ilusão, um “fantasma”, no preciso sentido psicanalítico, como construto imaginário que informa e situa um indivíduo em relação com o seu entorno e a sua prática.

Rancière, Althusser conceberia o saber como um espaço neutro imparcial, representando a ideologia acadêmica e reafirmando o status dos portadores do saber. Se atribuímos à ciência – como Althusser o faz – o papel de produção de conhecimento frente à ideologia, aquela adquire uma surpreendente qualidade subversiva, esquecendo que os conhecimentos científicos são transmitidos através de um sistema de discursos e instituições estabelecidos a partir e pela classe dominante. Portanto, o saber tem que ser entendido como um sistema, no qual os conteúdos não podem ser pensados fora das suas formas de apropriação. A proposição althusseriana, segundo a qual a ciência só pode fundar-se a partir de um ponto exterior em relação às ilusões da prática, supõe para Rancière “dar uma aparência nova à tese kautskysta: a ciência pertence aos intelectuais; cabe a eles levá-la aos produtores necessariamente aprisionados no não-saber” (*La leçon d'Althusser*, Paris, Gallimard, 1974, p. 96). Althusser – o qual, por outro lado, não hesitou em louvar o livro de Rancière – fará uma autocrítica a esse respeito, admitindo um componente racionalista-especulativo no pensar a oposição ciência/ideologia em termos teoricistas. No entanto, na mesma autocrítica, se esclarecem certos elementos que podem contribuir para pensar o posicionamento de Althusser justamente como um antipositivismo, ao afirmar que a ciência põe de manifesto a oposição verdade/erro no momento em que ela nasce, e não transhistoricamente.

Antes de desenvolvermos essas três teses, começaremos nos aproximando do espaço de definição da ideologia prática, constatando a mudança que Althusser opera a respeito das caracterizações históricas da mesma.

Na mais conhecida definição – a que lemos em *Pour Marx*, Althusser nos diz que a ideologia consiste em um sistema – dotado de uma lógica e de um rigor próprios – de representações (imagens, mitos, ideias, conceitos...) que possuem uma existência e um papel históricos no seio de uma sociedade dada. E, ademais, nos confirma o seu papel prático, limitando o problema epistemológico, ao afirmar que independentemente do problema das relações de uma ciência com o seu passado ideológico, a ideologia – enquanto sistema de representações, distingue-se da ciência justamente porque a sua função prático-social é muito mais importante e relevante que a sua função teórica, ou cognoscitiva.

Antes de tudo, faz-se necessário pensar na ruptura que Althusser efetua em relação à concepção da ideologia (sempre dentro da sua vertente prática, que é a que estamos tratando agora) como “erro”, ou como “bela mentira”, consubstancial a toda uma tradição anterior. Segundo Althusser, o marxismo deve romper com tal identificação da ideologia para passar a considerar a necessária existência de uma ideologia matricial, sobre a qual – como veremos mais adiante – a sociedade de classes exercerá a sua determinação. A consideração da ideologia como erro, ignorância, “mentira útil”, ou como mito forjado por um grupo ou classe – tal era a concepção dos filósofos da Ilustração –, levaria ao desconhecimento do funcionamento mesmo da estrutura social. É preciso reconhecer que a ideologia é parte integrante dessa estrutura, ainda que se trate de uma representação deformada necessariamente, por ser ela efeito, precisamente, da causalidade estrutural da totalidade social da qual forma parte inseparável. Daí que nas sociedades de classe exista uma deformação suplementar, que determina a primeira, a justificação da dominação. A via escolhida por Althusser, é a do abandono dos esquemas platônico e hobbesiano, que consideravam a ideologia derivada da ignorância das massas, ou consequência da susceptibilidade destas à imposição das representações dos amos. Lemos em *A favor de Marx*:

Se toda função social da ideologia se resumisse no cinismo de um mito (como as “belas mentiras” de Platão ou dos técnicos da publicidade moderna), que a classe dominante fabricaria e manipularia de fora para enganar aqueles que ela explora, a ideologia desapareceria com as classes. Mas como vimos que, mesmo no caso de uma sociedade de classes a ideologia é ativa sobre a própria classe dominante e contribui para modelá-la, para modificar as suas atitudes para adaptá-las às suas condições de existência [...].⁶

A ideologia forma parte da vida histórica das sociedades, de todas as sociedades. Sendo assim, Althusser chega a criticar a etapa de juventude de Marx, e mesmo a concepção deste sobre a ideologia sustentada em *A ideologia alemã*, considerada fundamentalmente como uma racionalização das condições econômicas e políticas de existência, como a pura e simples justificação destas condições. Althusser não vacila em considerar tal concepção positivista-historicista, já que ela incorre no equívoco de rejeitar a constatação de que a ideologia é uma instância indispensável a toda sociedade. Devemos nos dirigir aos textos ulteriores de Marx para procurarmos os elementos precisos, explícitos ou na maior parte das vezes implícitos, para estabelecer os alicerces de uma teoria materialista da ideologia. Neles, comprovamos que Marx se convenceu de que a “verdade” que descobria não tinha por adversário o “erro” ou a ignorância, mas todo o sistema orgânico da ideologia burguesa, que formava parte integrante da sociedade como tal. A ciência que Marx descobriu tinha justamente como condição para essa mesma descoberta a abertura à “visão” de um ocultamento lógico e necessário: o das relações reais de produção com toda a sua armadura superestrutural. A velha questão filosófica do afastamento entre o erro e a verdade, já não se dá em Marx em termos abstratos e especulativos, em termos, como ele mesmo diz nas *Teses sobre Feuerbach*, “puramente escolásticos”. A teoria da ideologia, efetivamente, aponta para essa velha questão, mas em termos concretos de história e prática, o que obriga a considerar a relação entre erro e verdade de um modo diferente.

⁶Louis Althusser, *A favor de Marx*, Rio de Janeiro, Zahar, 1979, p. 208.

A ideologia já não consistirá então no “outro” da ciência, ainda que a ciência continue a ser o que a desvela como tal: “O verdadeiro indica-se a si mesmo e ao falso”, gostava de dizer Althusser ao modo de Spinoza. O que acontece é que essa “falsidade” possui um papel ativo na estrutura social, uma função orgânica de classe, mascarando a exploração e submetendo os explorados a todo um sistema de ilusões indispensável para a sua dominação.

Desenvolveremos a seguir as três teses anunciadas antes: a ideologia como inconsciente, a sua dupla função (matricial e de submissão) e a sua materialidade.

3. Dinâmica inconsciente da ideologia

No momento em que Althusser nos dá uma ampla definição da ideologia (em *PM*), afirma que esta se introjeta na consciência dos indivíduos “mediante um processo que se lhes escapa”. Parafraseando o Marx da *Introdução* de 1857, diremos que os seres humanos contraem o seu imaginário ideológico *com independência da sua vontade*. Na mesma definição de *PM* disse-nos que a ideologia supõe uma espécie de interseção de uma relação real com uma “vivida”, imaginária. Vamos por partes.

Althusser é taxativo no que respeita à inconsciência da ideologia:

Convencionou-se dizer que a ideologia pertence à região “consciência”. É preciso não se deixar enganar por esse epíteto, que permanece contaminado pela problemática idealista anterior a Marx. Na verdade, a ideologia pouco tem a ver com a “consciência”, ao supor-se que esse termo tenha um sentido unívoco. [A ideologia] é profundamente inconsciente. [As representações ideológicas] se impõem à imensa maioria dos homens sem passar para a sua “consciência”.⁷

O posicionamento de Althusser é justamente o contrário de Gramsci; a ideologia não é a consciência, nem a consciência social, nem a coletiva.

⁷ Id., *ibid.*, p. 206.

Mas também é contrário ao de Lukács, em tanto que a ideologia tampouco é singularmente alheamento ou falsa consciência. A ideologia – na acepção althusseriana – é inconsciência⁸, de que as formas de consciência não são mais que um aspecto e uma consequência. Que a ideologia seja fundamentalmente inconsciente não quer dizer em absoluto que seja alheia à consciência, mas que consiste numa elaboração sujeita a condições inconscientes que permite aos indivíduos e aos grupos imaginar a sua prática. Isto é, que essas elaborações, essas combinações que operam as ideologias, dependem em cada momento “de condições que não estão no poder de nenhum sujeito dominar ou criar ele mesmo: coações materiais da divisão do trabalho, das formas de propriedade, etc...; e coações não menos materiais da linguagem, do desejo, da sexualidade”.⁹

Lembremos agora que Althusser identificava na ideologia um cruzamento entre relações reais e imaginárias. É necessário, então, poder pensar na ideologia tanto o real como o imaginário. É isso que a análise do fetichismo da mercadoria possibilitou, mostrando a aparição da forma – valor simultaneamente a das ilusões da produção mercantil. Que as relações sejam imaginárias e, ao mesmo tempo, reais implica que são “vivas”. A ideologia, reiteremos isso, forma parte da experiência vivida. Qualquer descrição do vivido leva uma marca ideológica, de modo que os indivíduos vivem uma ideologia sem serem os seus protagonistas. A ideologia constitui um conteúdo consciente através de um processo inconsciente; o seu motor está fora dela, produzindo assim esse particular efeito de deformação. Althusser nunca cessou de insistir nisto. Quando um indivíduo crê

⁸ Ao tratarmos da relação entre o inconsciente e a ideologia, somos obrigados a constatar que o posicionamento de Althusser sofreu uma forte crítica por parte de seu “discípulo” e antigo colaborador, Alain Badiou. Este manifesta-se abertamente contrário a centrar exclusivamente o modo de proceder ideológico no registro imaginário. Para Badiou, que defende que a ideologia, longe de ser inconsciente, é precisamente “o que se vê” – as relações de exploração –, toda representação da ideologia vinculada ao imaginário, todo discurso que pretenda ligar o marxismo à teoria do inconsciente, acaba por obscurecer definitivamente a questão.

⁹ Étienne Balibar, *Écrits pour Althusser*, Paris, La Découverte, 1991, p. 110.

encontrar-se frente a uma percepção pura (aqui reside uma das muitas diferenças entre marxismo e empirismo), frente ao “concreto”, encontra-se, na realidade, frente a algo já marcado e mediado pelas estruturas “invisíveis” da ideologia. O que sucede é que, ao não perceber a ideologia, considera a sua percepção das coisas e do mundo como se fosse a das “coisas mesmas”.

Na ideologia dá-se uma formação de compromisso – como diria Freud – entre o real e o imaginário, fruto de uma insuficiente distinção entre o real e o ideal. Desse modo, o real vem sobredeterminado pelo imaginário. No modo de proceder ideológico, os seres humanos não expressam a sua relação com suas condições de existência, mas *o modo* como vivem essa relação:

A ideologia é, então, a expressão da relação dos homens com o seu “mundo”, isto é, a unidade (sobredeterminada) da sua relação real e da sua relação imaginária com as suas condições de existência reais. Na ideologia, a relação real está, inevitavelmente, investida na relação imaginária: relação que exprime mais uma vontade (conservadora, conformista, reformista ou revolucionária), mesmo uma esperança ou uma nostalgia, que não descreve uma realidade.¹⁰

Ao tratarmos da dinâmica inconsciente da ideologia, não podemos esquecer, evidentemente, a grande influência da disciplina psicanalítica sobre Althusser. Deixando claro, contra certa corrente freudo – marxista, que é preciso ter muito cuidado com uma identificação unívoca do objeto a tratar, Althusser insiste na importância da psicanálise para o marxismo. O discurso althusseriano encontra em Marx e em Freud, ainda que em distintas proporções, evidentemente, a principal base de reflexão, os traços fundamentais de formalização, fazendo da aproximação entre Marx e Freud – no que respeita particularmente à teoria da ideologia – um eixo constante de reflexão. O teórico François Regnault, bom conhecedor de Althusser e membro da equipe fundadora da revista *Cahiers pour l'analyse*

¹⁰ Id., *ibid.*, p. 106-107.

(juntamente com Jacques Alain Miller e Alain Badiou, notadamente) recorda que o marxista Althusser “suplica aos marxistas lerem Lacan para analisar as ilusões da consciência chamada ideologia”¹¹.

Para Althusser, Freud oferece, analogamente a Marx, ainda que obviamente em campos diferentes, um modelo de pensamento materialista e dialético, sobretudo se repararmos na rejeição da ideia da explicação do ser humano como consciência de si, como unidade coroada pela consciência. Althusser lembra, no rastro de Marx, que a regra primordial, o axioma, do materialismo, consiste em não julgar nunca o ser pela consciência que este possa ter de si mesmo. Já em 1965 – no texto sobre Freud e Lacan e o objeto da psicanálise –, Althusser afirma que Freud nos revela algo radicalmente revolucionário e básico para o materialismo, a saber, que o sujeito humano é descentrado, constituído por uma estrutura que carece também de “centro”, que o eu se perde em um desconhecimento presidido pelo imaginário, ou, para dizê-lo em linguagem marxista, que se perde nas formações ideológicas nas quais se “reconhece”. E continua dizendo que, graças a Freud, nos é aberto um dos caminhos pelos quais se deve ir para chegar a uma maior compreensão dessa estrutura do “desconhecimento” que interessa sobremaneira a qualquer investigação ou análise no domínio da ideologia.

Com efeito, o que nos ensinam tanto Freud como Marx é que o sujeito só se constitui como conjunto de relações, do qual ele não é a origem. Resulta, pois, necessária a articulação do discurso marxista como ciência das formações sociais, e o psicanalítico, enquanto ciência do inconsciente, a fim de dar conta do modo de proceder ideológico. Tal articulação revela-se especialmente pertinente na hora de definir o lugar imaginário – não real – do sujeito como suporte das relações sociais, uma vez que fica estabelecida uma dupla determinação sobre o indivíduo: a das relações produtivas, e a do inconsciente – a da “outra cena”, como dizia Freud. Do que se trata em suma, para Althusser – cremos nós –, é de considerar

¹¹ François Regnault, *Portrait du philosophe*, in Sylvain Lazarus et alii, *Politique et philosophie dans l'oeuvre de Louis Althusser*, Paris, Puf, 1993, p. 163.

a psicanálise como disciplina dirigida a dar conta das formas *a priori* (se nos está permitido usar o jargão kantiano) nas quais o motor e a gênese da ideologia se insere. No entanto, deve-se ter claro que Althusser não deixa de salientar que nas práticas ideológicas intervêm os processos inconscientes, mas sempre submetidas a condições de que somente a análise marxista pode dar conta. Como exemplo, lembremos o que nos diz o referido texto sobre Freud e Lacan: que não é suficiente saber que a família ocidental é patriarcal e exogâmica, que é necessário elucidar as funções ideológicas que regem a paternidade, a maternidade, a conjugalidade e a infância, e que o trabalho de investigação sobre essas formações ideológicas específicas depende do materialismo histórico. Isto é, os mecanismos inconscientes não são condição determinante da ideologia em última instância. O conhecimento da estrutura geral onde se geram esses efeitos depende do trabalho do materialismo histórico. Do que se trata é dessa possível articulação do marxismo com a psicanálise, para produzir a tópica das ordens dos significantes, a estrutura de operatividade, as leis de inserção da ideologia. Essa possível, mas sempre problemática, interseção entre as duas disciplinas é necessária com tal finalidade, bem entendido que cada uma por si só não está em condições de estabelecer eficazmente o espaço de estudo apropriado.

4. A dupla função da ideologia: matricidade e sobredeterminação

Para Althusser existem duas deformações próprias do modo de proceder ideológico. A primeira delas é necessária em qualquer formação social, já que resulta efeito da causalidade estrutural do conjunto social onde se acha, e opera, portanto, em todas e cada uma das sociedades humanas. É o que nós denominamos ideologia "*matricial*"¹², definível como um sistema de representações que asseguram a relação dos indivíduos com as tarefas

¹² Tomamos emprestado este termo de Georges Labica, apesar deste não relacioná-lo com a acepção que nós lhe damos como grau primeiro e básico da ideologia, como função estrutural básica no sentido expressamente althusseriano.

fixadas pela estrutura da totalidade social, e que constitui uma forma específica de necessidade que assegure o desempenho efetivo das tarefas prescritas pelo sistema social. Pois bem, a esta primeira função adjudica-se uma segunda nas sociedades de classe, que passa a ser preponderante, dominando a anterior, determinando-a, e que consiste em manter os indivíduos no lugar adscrito pela dominação de classe, pelas relações de exploração. De modo que, para Althusser, nas sociedades de classe, essa primeira função da ideologia (a matricial) subsiste, mas está dominada pela função social específica que lhe impõe a existência da divisão em classes, portanto, a exploração e a sua reprodução.

No grau matricial, a ideologia representa uma realidade objectiva independente da subjectividade dos indivíduos submetidos a ela, e resulta indispensável – segundo Althusser – para a existência de uma formação social. A ideologia matricial é essa representação do mundo que vincula os homens, tanto às suas condições de existência como aos outros homens. O que acontece é que essa ligação se encontra por sua vez determinada nas sociedades de classe pelos efeitos estruturais específicos produzidos – reiteremo-lo – pela divisão em classes e a exploração. Nas sociedades de classe a função matricial vê-se dominada pela forma que toma a divisão do trabalho na repartição dos seres humanos em classes antagônicas. Sendo assim, a ideologia encontra-se então destinada, antes de qualquer outra coisa, a assegurar a dominação de uma classe sobre as outras, fazendo que os explorados aceitem a sua condição de explorados.

A ideologia matricial é inevitável, é condição de vida dos indivíduos, os quais não podem viver sem guiar-se por uma representação do mundo e das suas relações com este. Neste preciso sentido, Althusser afirma

No entanto, ao manter Labica (in *Le paradigme du Grand Hornu. Essai sur l'idéologie*, Montreuil-sous-Bois, La Brèche, 1987) que, como "matricial", toda ideologia (em sentido genérico) vem sendo a base sobre a qual se erige cada formação social a partir da qual "bebem as ideologias" particulares, parece-nos pertinente utilizar o termo para estabelecer uma certa analogia com a concepção althusseriana, já que ali se reconhece também uma dupla gradação na função da ideologia.

que a ideologia, longe de constituir uma aberração ou uma excrecência contingente da história, é uma estrutura essencial na vida histórica das sociedades.

De todo o anterior devemos tirar uma conclusão que imagino estará na mente de todos os leitores. Evidentemente, quando Althusser fala de ideologia – nesse segundo grau, o que serve de legitimação da exploração – está a identificá-la exclusivamente com a ideologia dominante. Resulta que se repassamos a obra dos fundadores do “marxismo”, observamos efetivamente que, a não ser em alguns fragmentos de Engels, a qualificação do conceito “ideologia” afastada da “ideologia dominante”, a postulação de uma ideologia identificada com o proletariado ou com a classe operária, com os dominados, encontra-se praticamente ausente nos textos daquele e de Marx. Que ocorre então? Não existem ideologias de “resistência”?, ou consistiriam singelamente na oposição à ideologia dominante? O problema é árduo desde o momento em que o que se pretende analisar é a ideologia como estrutura imaginária de dominação, de *sujeição*, como tal é a tarefa de Althusser. Ele mesmo, nos *Eléments d'autocritique*, admite que esqueceu a ideologia proletária, e a solução que tomará não será senão a clássica, a leninista: a ideologia da classe submetida consistirá na unificação do pensamento do grupo social dominado. A ideologia proletária não será uma ideologia qualquer, ou seja, estabelecida no registro imaginário e ilusório das outras, senão uma ideologia “iluminada por princípios de análise científicos”. Isto é, postula-se de passagem, sem convencimento nem uma teorização rigorosa – e no caso de Althusser isto dá para suspeitar –, e mais pela necessidade de combater as críticas, do que em virtude de um projeto real de análise, algo muito semelhante à “ideologia científica” – que constitui um modelo preciso de contradição nos termos – de Lenin, assegurando, na luta ideológica, aos dominados o privilégio de um conhecimento fundado, algo – dito seja de passagem – totalmente alheio a Marx, quem, em toda a sua luta contra a filosofia clássica alemã e singularmente contra os hegelianos de esquerda, não cessou de reiterar que o único modo de opor-se à ideologia dominante era mediante a prática, abandonando a obsessão com a idéia da possibilidade de um discurso “verdadeiro” que servisse de antídoto às ilusões ideológicas.

De qualquer modo, finalizemos constatando que o próprio Althusser é bem consciente de que unicamente a classe dominante pode organizar uma ideologia enquanto sistema completo de representações, o que torna difícil falar de uma ideologia dominada isolável como tal.

5. A materialidade da ideologia: os aparelhos ideológicos de Estado

A formulação, por parte de Althusser, dos “aparelhos ideológicos de Estado”¹³, em abril de 1970, constitui um ponto de inflexão em relação à sua teoria da ideologia, ademais de um passo definitivo face à exposição do caráter material da ideologia. O que se produz, essencialmente, é o trânsito final da consideração do ideológico fundamentalmente como erro, à sua percepção enquanto realidade que se inscreve uma instância material efetiva. Definitivamente, Althusser concentra-se em considerar a ideologia desde a sua vertente de prática social.

Isto implica que não devemos considerar a ideologia tão só e exclusivamente desde o ponto de vista da sua existência e função nos campos imaginário e simbólico, mas também, e sobretudo, a partir da sua gênese material, das instituições concretas das que parte: os AIE. As ideologias, portanto, devem ser olhadas não como constituídas principalmente por ideias, mas por práticas. Operando deste modo, Althusser rompe com a concepção puramente racionalista da ideologia, vinculando esta sempre a uma prática. Abandona o desvio intelectualista que caracterizava, sobretudo, a perspectiva epistemológica, passando a conceber a ideologia como um processo social de interpelações, inscrito em estruturas sociais materiais.

O objetivo, a esta altura, de Althusser, é explicar como desde a estrutura social, desde as práticas concretas em que um indivíduo se inscreve no processo produtivo, através dos AIE, se cria um universo de significação elaborado em nível imaginário dando lugar à introjeção da ideologia.

¹³ A partir de agora, AIE.

Trata-se, em suma, de analisar aquela determinação dos interesses da classe dominante sobre a ideologia matricial. Já em *PM* se definia a ideologia como terreno ou elemento, no qual a relação dos homens com as suas condições de existência se organiza em proveito da classe dominante. Agora se trata de ver o mecanismo para tal organização (a interpelação subjetiva, que analisaremos em seguida) e as instâncias materiais a partir das quais este se exerce.

A tese nuclear pode-se resumir com facilidade: a ideologia possui uma existência material. Isto é, a existência das ideias é “material” enquanto são inseparáveis de *práticas* materiais definidas e distribuídas pelos AIE. Toda formação social tem como finalidade produzir e *reproduzir* as condições da sua produção. E, enquanto a força de trabalho se reproduz mediante o salário, condição material para a reprodução de dita força, a reprodução da divisão do trabalho está garantida pelos AIE, de modo que estes asseguram o submetimento dos dominados e o domínio da prática da ideologia dominante. A função da ideologia consiste, pois, em obter a obediência consentida, que só unicamente mediante a força não se pode garantir nem manter. As ideologias são, portanto, inseparáveis do sistema de instituições. Como se dá esta reprodução da qualificação diversificada da força de trabalho que assegura o regime capitalista? Tal reprodução – diz Althusser – tende a ser assegurada não já na aprendizagem na produção mesma, senão cada vez mais à margem da produção. E de acordo com a sua época, indica-nos que o sistema escolar capitalista (e outras instituições) é nuclear para tal objectivo¹⁴. Deste modo, na escola, além de aprender técnicas e conhecimentos, aprendem-se ademais as regras do bom comportamento, da atitude idônea que se deve observar segundo o posto ao qual cada um esteja destinado a ocupar na produção marcada pela divisão do trabalho: regras morais, cívico-profissionais e regras da ordem estabelecida pela ordem dada mediante a dominação de classe. Do que se trata é de reproduzir, em suma, a submissão às regras da ordem estabelecida,

¹⁴ Hoje diríamos, creio com razão, que o sistema nuclear na reprodução é o aparelho ideológico construído pelos meios de comunicação.

a submissão à ideologia dominante. De modo que a escola ensina certas “habilidades”, mas mediante formas que asseguram o submetimento à ideologia dominante ou o domínio para os exploradores ou os seus quadros, da sua prática. Nisso, Althusser, em geral, mostra-se explicitamente devedor da tradição marxista: concepção do Estado como uma máquina que permite às classes dominantes assegurar o seu poder sobre a classe operária com o fim de submetê-la ao processo de extorsão de mais-valia (*Manifesto comunista*, *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*, os textos de Marx sobre a Comuna de Paris, o Lenin de *O Estado e a revolução*, etc.).

Os AIE não devem ser confundidos com os aparelhos repressivos do Estado (governo, administração, polícia, tribunais, etc...). Que sejam “repressivos”, indica que funcionam mediante a violência explícita (polícia) ou implícita (administração). O que distingue essencialmente os AIE dos aparatos repressivos é a não utilização da violência em primeira instância. Não obstante, Althusser adverte que a garantia de funcionamento da máquina do consenso, dos AIE, é outorgada pelos aparelhos repressivos, ou seja, que a “convicção” se funda na coação. Os AIE asseguram pela repressão as condições políticas para a sua atuação e operatividade. Nenhuma classe pode deter de forma duradoura o poder sem exercer a sua hegemonia sobre os AIE. Estes – como já dissemos – funcionam massivamente e predominantemente mediante a ideologia, mas secundariamente mediante a repressão, em última instância, atenuada, dissimulada, subreptícia e simbolicamente. Por exemplo, o aparelho ideológico escolar utiliza métodos também repressivos (sanções, exclusões, etc...); ou o aparelho ideológico cultural (censura). Isto é, o Estado assegura por meio da repressão as condições políticas para a atuação dos AIE. Althusser analisou essa determinação em última instância da repressão sobre a ideologia particularmente na conferência pronunciada no Colégio Oficial de Engenheiros e Arquitetos Técnicos da Catalunha, em 6 de julho de 1976. Nela ele nos diz, por exemplo, que “a sonhada pureza do direito [...] é somente a forma transformada da violência das leis [...] e essa violência particular que acompanha o sagrado mundo das normas, isto é, dos “valores”

disfarçados de “ideias”: a ideologia”¹⁵. Outros autores (Maurice Godelier, Perry Anderson ...) argüem a esse respeito que violência e consentimento não são, no fundo, realidades que se excluam entre si, ressaltando a falta de discernimento em se imaginar um poder de dominação duradouro que se baseie seja somente na violência, seja unicamente no consenso absoluto.

Desde outra perspectiva, para Althusser, o próprio das ideologias é impor-se “violentamente, brutalmente, às consciências livres dos homens, interpelando os indivíduos de tal modo que estes se encontrem obrigados de fato a reconhecer livremente que essas ideias são verdadeiras”¹⁶. O próprio da ideologia é impor evidências como evidências, e o efeito ideológico fundamental – para Althusser – é a *evidência do sujeito*. Portanto, a ideologia está muito longe de ser mera “espiritualidade”, a sua materialidade é absoluta, já que os indivíduos são sempre já sujeitos, isto é, sempre já *sujeitados* a uma ideologia. Passemos, por último, a considerar esse efeito de sujeição produzido pela ideologia, chegando ao que podemos pensar como mais genuíno e singular na teoria da ideologia de Althusser.

Althusser enuncia uma tese fundamental que se formula da seguinte maneira: *a ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos*. Isto é, toda ideologia existe pela categoria de sujeito e o seu funcionamento. A categoria jurídica de sujeito constitui – para Althusser – a noção ideológica nuclear. Na célebre resposta a John Lewis ele expressa isso deste modo: “Foi com finalidades ideológicas precisas que a filosofia burguesa apoderou-se da noção jurídico-ideológica de *sujeito*, para dela fazer uma categoria filosófica, sua categoria filosófica nº 1, e para pôr a questão do Sujeito do conhecimento (o ego cogito, o sujeito transcendental kantiano ou husserliano, etc.), da moral, etc., e do Sujeito da história”¹⁷.

¹⁵ “Algunas cuestiones de la crisis de la teoría marxista y del movimiento comunista internacional”, in *Nuevos escritos*, Barcelona, Laia, 1978, p. 35.

¹⁶ Louis Althusser, *Sur la philosophie*, cit., p. 74.

¹⁷ Louis Althusser, *Resposta a John Lewis*, in *Posições*, v. 1, Rio de Janeiro, Graal, 1978, p. 68.

O que encerra a tese da interpelação subjetiva é que os indivíduos são interpelados e constituídos em sujeitos pela ideologia. Nas palavras de Alain Badiou: “A burguesia não se reduz em absoluto ao controle do Estado ou ao lucro econômico. [...] A burguesia produz sujeitos”¹⁸. A ideologia tem por função a de constituir os indivíduos concretos em sujeitos, a de provocar evidências subjetivas instalando a *internalização das relações sociais efetivas*. Por meio da interpelação *fornece-se uma identidade, que, por sua vez, vai ser continuamente exigida; de modo que – como o próprio Althusser indica – ao sujeito lhe são fornecidos os seus documentos de identidade para que ele seja interpelado. A ideologia funciona, desse modo, como a polícia: interpela, dá e também exige a carteira de identidade do interpelado, sem oferecer ela mesma a sua carteira*.

Althusser vincula a estrutura da *identificação* como co-existente com a da *interpelação*; ou ainda melhor, como efecto condicionado da interpelação no seio do *reconhecimento* próprio da ideologia, e tudo isso para que se reproduza o estado de coisas existente. A eficácia na aceitação da ideologia vem, assim, garantida pelo *modus operandi* do processo de constituição do sujeito enquanto ser social, na necessidade da identificação com o outro, com o semelhante, como condição da mesma auto-identificação:

Aqui a filosofia funcionaria como a imagem do “outro” [...]. A criança assume essa imagem prefigurada com a única possibilidade que ela tem de existir com sujeito social. É o que lhe confere a sua individualidade [...]. Mas o “um” (sujeito) deve ser reconhecido pelo “outro”. Haveria uma necessidadepsico-social de identificação com o “outro” para se autoreconhecer como existente. Assim os indivíduos exercem, na prática, os papéis e as tarefas que lhe são atribuídas por essa imagem social do semelhante com a qual eles se identificam [...]. Desse modo, está garantida a reprodução das relações sociais de produção.¹⁹

¹⁸ Alain Badiou, *Théorie du sujet*, Paris, Seuil, 1982, p. 60.

¹⁹ Louis Althusser, *Sur la philosophie*, Paris, Gallimard, 1994, p. 73-74.

Além dessa auto-identificação, ou em conexão com ela, vemos que a estrutura social requer *portadores* dessas tarefas atribuídas. O discurso ideológico recruta-os, *interpelando-os como sujeitos para que assumam essa função de portador* (Träger, nas palavras de Marx). É a ideologia, insiste Althusser, “que assegura a função de designar o sujeito (em geral) que deve ocupar essa função (função-suporte-Träger), e para isso ele deve ser *interpelado* como sujeito, fornecendo-lhe as razões-de-sujeito para assumir essa função”²⁰.

Devemos salientar que esse *recrutamento* se faz também sob o disfarce da autonomia, de maneira que o sujeito não percebe como imposta a função-suporte. O sujeito, segundo Althusser, unicamente é livre para submeter-se livremente à ocupação do posto e do lugar que a divisão técnico-social do trabalho (máscara da divisão em classes) lhe atribui na produção, assegurando o mecanismo de reprodução das relações de produção. Deste modo, a reprodução dos processos ideológicos supõe a operação de impor dissimuladamente a reprodução da divisão em classes. A lei político-econômica que atribui ao agente de produção a sua posição no processo produtivo é *reprimida* e dissimulada noutras cadeias significantes que têm por efeito indicar a posição sem que o agente possa evadir-se dela. Assim se produz a identificação subjetiva como ilusão que oculta ao portador a sua posição na estrutura social.

Encontramos de novo aqui os ecos da psicanálise que não abandonaram nunca o pensamento de Althusser. O que nos leva a considerar a disciplina inaugurada por Freud como possível e efetiva auxiliar no objetivo de interromper o circuito da reprodução, indispensável para a manutenção da exploração. Seguramente, a prática teórica de Althusser não se afastou jamais dessa linha de desmascaramento da opressão.

²⁰ Louis Althusser, *Écrits sur la psychanalyse*, Paris, Stock/Imec, 1993, p. 134.

IDEOLOGIA JURÍDICA E IDEOLOGIA BURGUESA (IDEOLOGIA E PRÁTICAS ARTÍSTICAS)*

Nicole-Edith Thévenin

O estudo da ideologia e das ideologias apenas começou. Com o artigo de Althusser, “*Idéologie et appareils idéologiques d’État*”,¹ uma primeira pedra foi assentada: a delimitação de um certo campo de pesquisa, a análise do funcionamento de toda ideologia como “interpelação” e do conteúdo como a forma concreta em que essa interpelação se dá.

Já surge um conceito: o conceito de *sujeito*, mas ainda tomado no interior de um certo empirismo.²

*“*Idéologie juridique et idéologie bourgeoise (idéologie et pratiques artistiques)*” in *La Pensée*, n°173, 1974. Tradução de Márcio Bilharinho Naves. Agradeço a Nicole-Edith Thévenin a autorização para a publicação do artigo.

¹ L. Althusser, “Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado”, in L. Althusser, *Sobre a reprodução*, Petrópolis, Vozes, 1999.

² Empirismo inevitável na medida que lhe falta precisamente a teorização do lugar privilegiado da produção da ideologia do sujeito: o direito. (É impressionante, aliás, ver como Althusser neste artigo assimila o AIE jurídico a quaisquer dos outros AIE, enquanto que hoje ele aparece como *constitutivo* de toda a ideologia, portanto, dos outros AIE. Simples observação que não podemos desenvolver aqui). É preciso notar que esse empirismo desaparece precisamente em *Réponse à John Lewis*, na medida em que nele é apreendido o liame ideologia burguesa/direito no par economismo/humanismo.